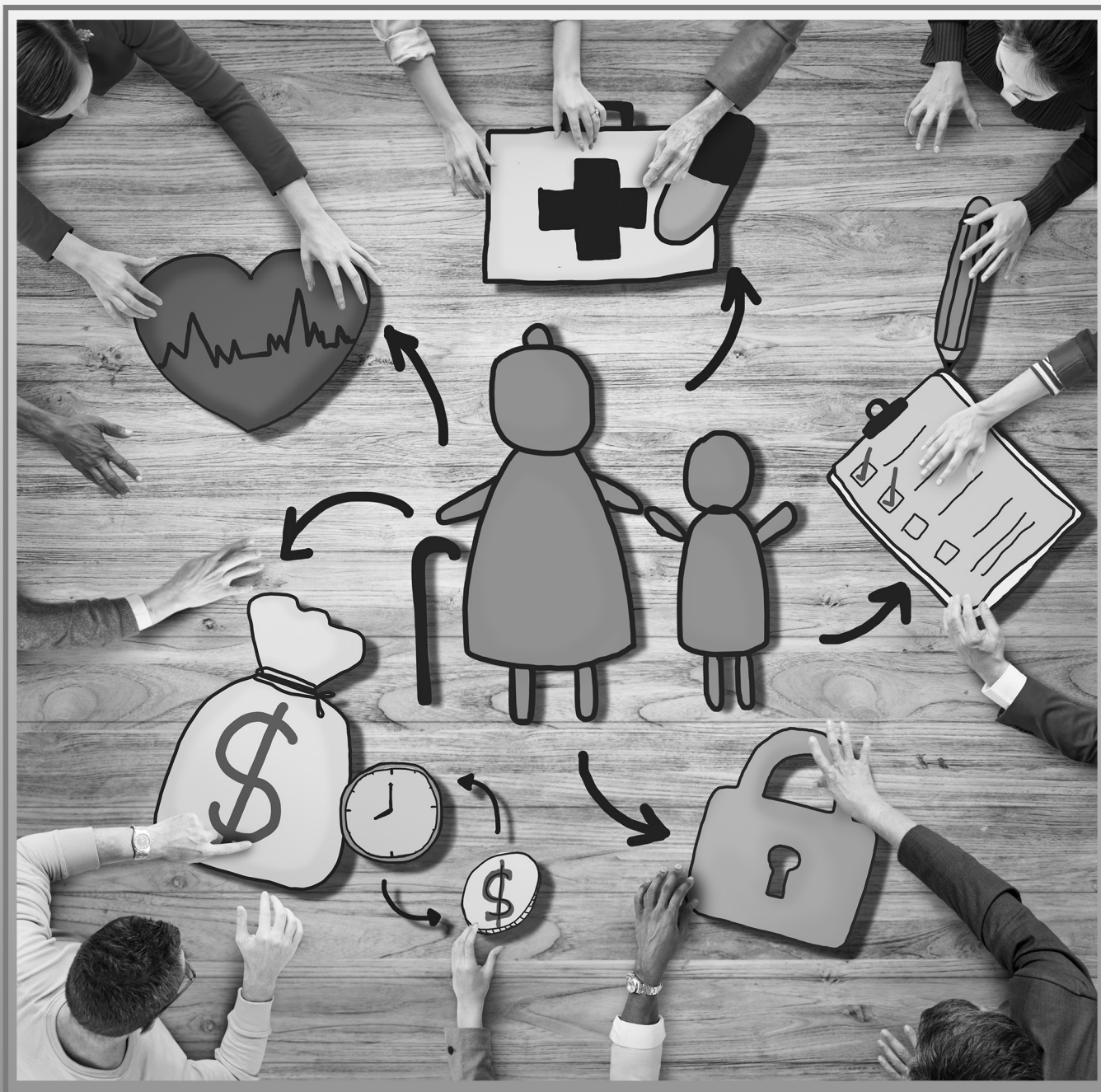




Processos de Subjetivação no Serviço Social

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	<p>Processos de subjetivação no serviço social 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-235-7 DOI 10.22533/at.ed.357203007</p> <p>1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL	
Tâmara Leite Galvino de Almeida Maria de Fátima Pessoa Lepikson	
DOI 10.22533/at.ed.3572030071	
CAPÍTULO 2	10
AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS: O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS	
Luciana Trugillo Pelloso Luciano Joia da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3572030072	
CAPÍTULO 3	21
REFLEXÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL	
Sabrina Pereira de Souza Renata Lígia Rufino Neves de Souza Michele Ribeiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3572030073	
CAPÍTULO 4	32
AS DIMENSÕES INTEGRANTES DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva Mara Rosange Acosta de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.3572030074	
CAPÍTULO 5	40
SERVIÇO SOCIAL E A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA EM DEBATE	
Giverson Gonçalves Bonfim Ana Patrícia Pires Nalesso	
DOI 10.22533/at.ed.3572030075	
CAPÍTULO 6	52
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SISTEMA CAPITALISTA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM CENÁRIOS CONFLITANTES	
Erika Leite Ramos de Luzia Renata Rocha Anjos Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.3572030076	
CAPÍTULO 7	63
O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MODOS DE INTERVENÇÃO E INSTRUMENTAIS TÉCNICOS-OPERATIVOS	
João Domingos de Lima Salvador Mariléa Borges de Lima Salvador	
DOI 10.22533/at.ed.3572030077	

CAPÍTULO 8 77

O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL: UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Adriana Viana Silva
Ariane Helena Coelho Raiol
Ivanira Mariano de Melo
Jéssica Pereira Moraes
Josione Gusmão de Carvalho
Lorena Carolina Roldão Campos
Luciane dos Santos Marques
Luciene Cibele Cardoso Ferreira
Maria Bianca Figueiredo Palheta
Nathalia Koury Pinto
Wellington Monteiro Ferreira
Yasmin Fernandes Santos

DOI 10.22533/at.ed.3572030078

CAPÍTULO 9 88

A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NUM HOSPITAL-ESCOLA

Danielle Viana Lugo Pereira
Arianny Estéfanos Lemos da Costa

DOI 10.22533/at.ed.3572030079

CAPÍTULO 10 97

SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/ CAMPS MANAUS CENTRO: REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ANO DE 2018

Júlia Angélica de Oliveira Ataíde Ferreira
Érica Oliveira de Castro Farias
Rosimary de Souza Lourenço

DOI 10.22533/at.ed.35720300710

CAPÍTULO 11 107

UMA ANÁLISE DA INTERFACE TRABALHO – EDUCAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

Danielle Viana Lugo Pereira

DOI 10.22533/at.ed.35720300711

CAPÍTULO 12 117

VIOLÊNCIA NA ESCOLA E A PROPOSTA DE MILITARIZAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Jefferson Fernando Ribeiro Cabral
Elisa Maria Andrade Brisola
Suzana Lopes Salgado Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.35720300712

CAPÍTULO 13 129

O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA SOCIOJURÍDICA EM SALVADOR/BAHIA: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL

Danielle Viana Lugo Pereira
Sandra Mara Leal de Senna

DOI 10.22533/at.ed.35720300713

CAPÍTULO 14	139
A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA SEGURANÇA PRESENTE: LIMITES E POSSIBILIDADES DA EQUIPE DE SERVIÇO SOCIAL NA OPERAÇÃO LAPA PRESENTE – ARCOS DA LAPA – RJ	
Jussara Faria de Campos	
Simone da Silveira Sarmiento Gonçalves	
Shirley Marques de Oliveira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.35720300714	
CAPÍTULO 15	149
O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO PÓLO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMA INSTITUIÇÃO MILITAR	
Aline Possa Silva Anjos	
Lorena Luana da Costa Castro	
DOI 10.22533/at.ed.35720300715	
CAPÍTULO 16	157
AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DE CULTURA: OS PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PRESENTE	
Milene Lúcia Santos	
Fernando Ferreira de Araújo	
Jheniffer de Assis Gonçalves	
Maurício da Silva Santos	
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.35720300716	
CAPÍTULO 17	165
CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL	
Luciene Gustavo Silva	
Reinaldo da Silva Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.35720300717	
CAPÍTULO 18	177
NÚCLEO DE PRÁTICA SOCIAL: EXPERIÊNCIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE	
Tatiana Maria Araújo da Fonseca	
Cristiane Medeiros dos Santos	
Roberta Gomes Leite Baptista	
Ana Kelly Souza Costa	
Adriana Medalha Perez	
Cíntia do Nascimento Ferreira	
Rozeane Guedes de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.35720300718	
CAPÍTULO 19	188
ASSESSORIA E CONSULTORIA: CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	
Priscilla Brandão de Medeiros	
Maria Raphaela Cristiny de Oliveira	
Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.35720300719	
SOBRE A ORGANIZADORA	199
ÍNDICE REMISSIVO	200

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SISTEMA CAPITALISTA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM CENÁRIOS CONFLITANTES

Data de aceite: 01/07/2020

Erika Leite Ramos de Luzia

Programa de Pós Graduação em Serviço Social -
UNESP – Franca/SP

<http://lattes.cnpq.br/5005208365171407>

Renata Rocha Anjos Garcia

Programa de Pós Graduação em Serviço Social -
UNESP – Franca/SP

<http://lattes.cnpq.br/5900062866840042>

RESUMO: O presente ensaio teórico tem como objetivo explicitar a trajetória da política de assistência social e sua funcionalidade no âmbito das políticas sociais no Estado capitalista. Visa ainda abordar o cenário de contradições em que o assistente social, profissional histórico da área, está inserido, submetido à uma série de constrangimentos em um contexto de exponenciação das expressões da questão social ao tempo que as respostas estatais, via assistência social, se apresentam cada vez mais restritas e com caráter fragmentados e fiscalizadores, minimizando e/ou desconsiderando o seu caráter legal e de política de proteção social no âmbito da Seguridade Social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; Assistente Social; Estado Capitalista.

THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN THE CAPITALIST SYSTEM AND THE WORK OF THE SOCIAL ASSISTANT IN CONFLICTING SCENARIOS

ABSTRACT: This theoretical essay aims to make explicit the trajectory of social assistance policy and its functionality in the scope of social policies in the capitalist State. It also aims to address the scenario of contradictions in which the social worker, a historical professional in the field, is inserted, subjected to a series of constraints in a context of exponentiation of the expressions of the social question while the state responses through social assistance are presented increasingly fragmented and fiscalized, minimizing and / or disregarding their legal character and social protection policy in the scope of Social Security.

KEYWORDS: Social Assistance; Social Worker; State Capitalist.

1 | INTRODUÇÃO

Ao analisar a trajetória das políticas sociais compreendemos que, historicamente, o Estado adotou as políticas como solução para combater as desigualdades sociais, sem levar em conta a natureza do capitalismo,

realizando a distribuição da riqueza na forma de serviços focalizados no atendimento da população pobre, “numa visão redistributivista e de alcance extremamente limitado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 17).

O Estado sempre assumiu as ações em prol da burguesia, sem excluir as classes dominadas. Ele não pode desconsiderar totalmente suas necessidades, tendo em vista a legitimação de sua função social; daí camuflar uma situação de aliança com os segmentos sociais, ao tempo que é obrigado a incorporar as necessidades das classes subalternas por meio das políticas públicas. No entanto, as políticas públicas não devem afetar os interesses da burguesia, nem a acumulação do capital.

É nesse panorama que o assistente social atua no âmbito das políticas sociais, sujeitos as alterações conjunturais que as afetam, as quais se tornam ainda mais visíveis quando nos voltamos para a política de assistência social, tendo em vista as particularidades que a conformam: a focalização, necessidade de reafirmação constante da sua condição de direito em detrimento de práticas que a configuram de uma forma contrária, a superação do olhar para o usuário dessa política como aquele que desistiu de lutar e se acomodou à condição de beneficiário/ajuda.

Os conflitos que afetam a assistência social, seu público também impactam constantemente no trabalho do assistente social, colocando como um campo no qual as ações podem ser executadas na ótica do improvisado, da desordem, frente ao imediatismo que transforma as expressões da questão social vivenciadas pelos sujeitos, em seu cotidiano, como demandas para as quais cabem procedimentos específicos em detrimento de análises do contexto sociopolítico e das trajetórias de sofrimento da classe trabalhadora, marcadas pela vivência de questões que não são individuais, mas intrínsecas a estrutura do sistema capitalista.

2 | A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

O Estado sob o mando da burguesia se coloca à mercê dos interesses privados do capital, submetendo o fundo público aos interesses econômicos e políticos dominantes. Almeida e Alencar (2011, p. 143) asseveram que “as políticas públicas não escapam às armadilhas de conversão do fundo público em elemento de fomento ao processo de acumulação sob a hegemonia do capital financeiro”; por isso, a apropriação do fundo público se torna “privada” aos interesses particulares.

Para Boschetti (2016), o Estado utiliza o fundo público na produção de consensos, para incorporar direitos sociais, manter a ordem social e a harmonia, criando condições férteis para a reprodução do capital.

[...] Todo esse ideário, que envolve uma canalização do fundo público para interesses privados, cai como uma luva na sociedade brasileira, que, como reafirma Chaui (1995), é uma sociedade marcada pelo coronelismo, populismo, por formas políticas de apropriação da esfera pública em função de interesses particularistas dos grupos no poder. (IAMAMOTO, 2014, p. 141).

A desvinculação dos recursos do fundo público para atender aos interesses particulares envolve o pagamento da dívida externa e o estabelecimento de um novo padrão de gerenciamento (Estado gerencial) apoiado nos processos de privatização e terceirização dos serviços sociais. Para compreender as políticas públicas no Estado brasileiro, é preciso analisar as questões políticas e econômicas sem neutralidade, assim como o processo de trabalho coletivo das políticas, no qual se insere o assistente social.

As políticas sociais surgem na fase de expansão industrial capitalista, não só na Europa como nos demais continentes, onde o crescimento do movimento dos trabalhadores produziu uma série de inquietações na burguesia (MARTINELLI, 2011, p. 159). O objetivo da burguesia era a consolidação de uma estrutura econômica unificada, mas abalados com as reivindicações do movimento operário, os burgueses recorreram ao Estado, solicitando estratégias para atender às requisições do capitalismo monopolista e concorrencial.

Segundo Netto (2011), o processo de legitimação do Estado é tensionado pelas exigências do capitalismo, que diante de suas dinâmicas e contradições captura o Estado para fazer incidir sobre ele seus interesses imediatos de acumulação da riqueza.

A questão social expressa antagonismos entre o capital e o trabalho e representa um conjunto de desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo a partir da exploração do homem pelo homem. “A gênese (origem) da questão social deriva do caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho–e das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (IAMAMOTO, 2014, p. 156).

Segundo Iamamoto (2014), no contexto brasileiro, as desigualdades demonstram particularidades que presidem do desenvolvimento do país e recaem sobre os elementos da formação histórica colonial e paternalista, que são particularidades (econômicas e políticas) nas quais o Estado nunca interferiu, por ser um aliado das representações ideológicas da burguesia. Nessas condições, as sequelas da questão social se põem como alvo das políticas sociais e tornam-se objeto da intervenção sistemática, sendo um mecanismo de legitimação do papel do Estado na sociedade capitalista.

Para Behring e Boschetti (2016), “a política social surge da interação de um conjunto de determinações econômicas, políticas e culturais, que precisam ser desveladas e requerem análise exaustiva das suas causas e inter-relações”. Caso contrário, as políticas serão despolitizadas ou reduzidas a uma dimensão instrumental e técnica, esvaziada das tensões políticas e societárias.

Pereira (2013) adverte que essa ideia de política social, implícita nas postulações clássicas associada a um Estado ativo, não promove nem emancipa quem se encontra em posição socialmente desigual. Ela funciona para perpetuar a dominação do Estado como instrumento manejável pelos grupos do poder, pois a classe dominante sempre fez do Estado seu instrumento econômico privado por excelência, sendo comum a “exclusão” dos trabalhadores urbanos e rurais das decisões do Estado e do bloco do poder.

“Sob o cunho do discurso neoliberal, a burguesia busca fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado” (CHAUI, 1995 apud IAMAMOTO, 2014, p. 142). As medidas neoliberais fizeram crescer a desigualdade social no país, alteraram as formas de produção, de gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial, sob o comando do capital financeiro, que repercutiram na relação entre Estado e Sociedade civil.

De acordo com Iamamoto (2014), a incorporação dos novos modos de produção reduz a demanda do “trabalho vivo” e aumenta a produtividade das máquinas, ampliando o desemprego estrutural, a pobreza e a desigualdade social. Esses avanços têm contrapartidas regressivas do ponto de vista do trabalhador, intensificam a produção do trabalhador, ampliam a jornada de trabalho, reduzem os postos de trabalho e aumentam a competitividade dos trabalhadores, o desemprego, a terceirização e o número de trabalhadores informais/autônomos.

[...] cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. (ANTUNES, 2015, p. 123).

Diante das crises do capital, todos os setores produtivos e econômicos diminuíram significativamente os postos de trabalho, suscitando um aumento drástico do desemprego. Não significa que o trabalho perdeu sua centralidade, ao contrário, “o trabalho continuou a ser centro da estruturação capitalista, especialmente porque o capitalismo ainda não consegue gerar riqueza senão pela apropriação de trabalho não pago” (GRANEMANN, 1999, p. 162). Na concepção de Granemann (1999), o trabalho sempre será o “eixo central” da estruturação da vida no modo de produção capitalista, até porque no seu ângulo mais negativo – o desemprego – continua a ser a determinação da vida social. Perante o capital, o desemprego é o “combustível” que alavanca o funcionamento da engrenagem e produz o exército de reserva, composto por trabalhadores ativos e capacitados, aptos para o trabalho e não portadores de doenças ou incapacidade produtiva.

Em tempos de desmonte de políticas sociais, de acentuação do neoliberalismo, de restrição de direitos, de ódio propagado àqueles que não atendem ao padrão de utilidade que o sistema impõe, homens e mulheres da classe trabalhadora ficam a mercê de um conjunto de desproteções sociais. São os “inimpregáveis”, os “desalentados”, àqueles que não conseguem vender sua única mercadoria: a força de trabalho. (GARCIA, 2018, p.17).

No entanto, na perspectiva neoliberal, a pobreza ainda é vista como uma “disfunção pessoal” ou como uma “ameaça” à ordem social, passando a ser objeto de um violento “processo de criminalização” da população subalterna. A figura do trabalhador veiculada nos meios de comunicação social é concebida como “classe perigosa”, representada pelo vagabundo, viciado, bandido, ladrão, sendo alvo de repressão do Estado, por meio dos

serviços de segurança pública.

Neste cenário, a “velha questão social” assume novas roupagens. Iamamoto (2014) acrescenta que é tributário dessa lógica o caráter volátil do crescimento que redundará em maior concentração de renda e aumento da pobreza, gerando um verdadeiro *apartheid* social.

A fragmentação da questão social é usual ao capitalismo. É a saída que esta forma de sociedade encontrou para despolitizá-la e enfraquecê-la na sua potencialidade de classe organizada, pois as respostas possíveis na lógica deste modo produtivo vão ao encontro da individualização e responsabilização dos sujeitos pelas suas próprias mazelas e dificuldades. (NETTO, 2011, p. 160).

No modo de produção capitalista, a forma de analisar e intervir sobre a questão social aparece de forma fragmentada. A opressão e a banalização da pobreza se apresentam como formas de enfrentamento por parte do Estado capitalista.

[...] a banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social. Violência que tem no aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e do poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e de disseminação. (IAMAMOTO, 2014, p. 145).

De acordo com a autora, o Estado evoca a postura do passado, quando a questão social era concebida como caso de polícia, em vez de ser objeto de ação planejada do Estado, para o atendimento das necessidades básicas da classe operária e de outros segmentos de trabalhadores. Tudo isso tem grande repercussão na luta pelos direitos e no trabalho do assistente social, tendo em vista que o profissional trabalha diretamente com as mais cruéis expressões da questão social.

Segundo Almeida e Alencar (2011), a despolitização da questão social é alimentada pela hegemonia do capital financeiro para a produção de novas formas de sociabilidade. Cumpre ter cuidado para não despolitizar a questão e cair na individualização exacerbada da vida social, que impede de enxergar o sujeito na sua totalidade, levando o profissional a práticas profissionais fragmentadas e pontuais.

2.1 A Política de Assistência Social e o trabalho do assistente social no cenário de desmontes de direitos

Segundo LUZIA (2018) “o Estado brasileiro adotou a Política de Assistência Social como principal mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais”. Diante do crescimento da pobreza e ampliação da desigualdade, o Estado expande o campo de atuação da Assistência Social, a qual assume a feição de política estrutural como se ela fosse o próprio sistema de proteção social e não uma parte dele. Desconsidera o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o qual preconiza que as demais políticas setoriais deverão estar integradas à assistência social para o enfrentamento da pobreza. (LOAS, 1993).

Por muitos anos a Assistência Social se fez por meio de ações de solidariedade, caridade e de práticas de “primeiro-damismo”, sendo essa a maneira mais emblemática das práticas sociais. Atuou como atraso e recusa da maioria sociojurídica da política pública. “Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas” (COUTO et al, 2017, p. 144).

Atualmente, a Política de Assistência Social no Brasil faz parte de um Sistema de Proteção Social, denominado Seguridade Social. Ao instituir esse Sistema a Constituição Federal de 1988 (CF/88) trouxe a integração das políticas públicas e avanços no campo dos direitos sociais, introduzindo uma mudança de paradigma conforme prevê o art. 194: “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

Neste contexto, a Assistência Social passou a ser um direito, previsto na CF/88, devendo ser “prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição prévia”. Este aparato jurídico sinaliza a superação da Assistência Social como benemerência e assistencialismo, eleva a Assistência Social ao *status* de política pública, conforme preconiza o art. 204 da CF/88, “as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da Seguridade Social, além de outras fontes”, de modo que seus benefícios, serviços, programas e projetos passam a ser financiados, dando concretude à proteção social.

“Isso denota não apenas a alteração conceitual, do ponto de vista institucional, com relação a seu papel tradicional, mas a superação da ação meramente assistencialista com relação à população em situação de risco e vulnerabilidade social” (SIMÕES, 2014, p. 70). Sob essa ótica, a Assistência Social busca a inclusão social, na perspectiva da justiça e da cidadania, assumindo uma dimensão estratégica no sentido de garantir igualdade de direitos às classes subalternas, obviamente na perspectiva burguesa.

Em 1993 é aprovada a LOAS (Lei 8.742/1993), que veio consagrar a Assistência Social e ampliar os mecanismos de gestão e controle social (instituindo os Conselhos e as Conferências de Assistência Social), dando novo conceito a essa política pública, tendo como um dos princípios a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas. Em decorrência desses avanços foi instituída a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS (2005), que trouxeram um grande desafio para os municípios brasileiros, englobando uma nova organização à Assistência Social.

Apesar dos avanços, a partir da década de 1990 a ofensiva neoliberal tornou a Assistência Social objeto de ações filantrópicas e de benemerência, e de “programas

focalizados no combate à pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor” (IAMAMOTO, 2014, p. 155).

Com base no Consenso de Washington, o Estado reduziu consideravelmente o investimento em políticas sociais, restringindo os recursos materiais e humanos necessários à implantação dos serviços públicos, em nome da chamada “crise fiscal” do Estado. As políticas públicas pelo viés neoliberal passam a ser submetidas aos ditames da política econômica, e redimensionadas ante as tendências de privatização, de cortes nos gastos públicos para programas sociais, focalizados no atendimento à pobreza e descentralizados na sua aplicação (IAMAMOTO, 2014, p. 147).

A Política de Assistência Social desde o seu nascedouro divide a execução de programas e serviços assistenciais com organizações filantrópicas, porém o processo de privatização e terceirização foi intensificado com as contrarreformas do Estado. Entre as medidas adotadas estão as Emendas Constitucionais, que trazem uma inversão nos princípios constitucionais, a redução dos direitos previdenciários, a introdução de maiores mecanismos burocráticos de acesso e um maior rigor nas concessões de benefícios; além das reformas trabalhistas e previdenciárias, que retiraram direitos trabalhistas conquistados ainda no período do surgimento industrial.

A população sobrando e desempregada, não absorvida pelas políticas de saúde e de previdência, passou a recorrer à área de Assistência Social, buscando resposta para atendimentos da área da saúde e riscos do trabalho, dada a ausência do trabalho, o que extrapola as especificidades previstas na LOAS.

Segundo Mota (2013, p. 189), “em tempos de crise a assistência incide tanto junto aos pobres e miseráveis, como aos desempregados e os desqualificados para o mercado de trabalho, além dos tradicionalmente considerados inaptos para produzir”. Ela tenta absorver demandas derivadas do agravamento das condições de vida, a partir de medidas pontuais de geração de renda, formação profissional e combate ao desemprego.

O SUAS trouxe a possibilidade de superar a cultura assistencialista, cujos traços principais são a ideologia do favor, da ajuda, da dádiva, aliada às práticas fisiológicas e ao nepotismo (MOTA, 2013, p. 190). Ele foi legitimado pela Lei 12.435/2011 e cria parâmetros técnicos para a implantação e execução da PNAS/2004, organizando a proteção social em dois graus de complexidades: básica e especial (média e alta complexidade). Segundo Mota (2013), a criação do SUAS poderia viabilizar uma normatização no sentido de romper com a sobreposição de papéis, com as ações fragmentadas e duplicadas pelas políticas setoriais.

Todavia, a materialização dessa política no contexto neoliberal se distancia da proposição legal, interferindo diretamente na atuação do assistente social, a qual tem sido marcado por avanços e retrocessos, ora materializando ações que promovem mudanças significativas na vida dos sujeitos, especialmente àqueles em situação de extrema pobreza,

ora utilizando procedimentos fiscalizadores, de cerceamento no que tange ao acesso à benefícios, serviços, programas e projetos, aprofundando o grau de violação de direitos que ficam a mercê da desproteção social.

Essa atuação controversa ocorre mesmo com uma relativa autonomia do assistente social tendo em vista a inserção em um Estado que renega cada vez mais o acesso ao fundo público para a classe trabalhadora e submete os profissionais a uma série de constrangimentos, os quais são desvendados somente com um olhar crítico, pois quando é a alienação que prevalece o profissional não consegue compreender que suas ações mais reafirmam do que lutam contra ações opressoras.

Não compreender a contradição de suas ações e os antagonismos que envolvem as classes sociais, e, ainda não se sentir parte da classe trabalhadora é resultado da alienação do trabalho, o que é intrínseco a sociabilidade do capital. Segundo Iamamoto (2013), todas as formas de trabalho são plenas de alienação, pois advêm do interesse capitalista de tornar o trabalho totalmente estranho ao trabalhador.

O estranhamento faz com que o profissional tenha pouca ou nenhuma autonomia sobre aquilo que produz. Esses aspectos determinam a possível “impotência” do assistente social para dominar a globalidade do trabalho que executa e o seu significado social no processo de dominação burguesa. Mesmo que o Serviço Social seja regulamentado como profissão liberal e tenha seu aparato legal e ético, o exercício profissional é tensionado pela compra e venda de sua força de trabalho.

Os limites impostos à autonomia profissional não surgem da capacidade de escolha profissional nem estão condicionados à unidade na qual ele se insere. As restrições derivam certamente da condição de trabalhador assalariado, que não dispõe de meios necessários à execução do seu trabalho e precisa submeter-se ao processo de trabalho das políticas estatais.

Segundo Almeida e Alencar (2011), as ações profissionais são estabelecidas pelas dinâmicas do mundo do trabalho; Estado e sociedade civil impactam sobre as formas de regulação do mercado de trabalho. Portanto, ao integrar os processos de trabalho coletivos em unidades públicas, é importante compreender as determinações do mundo do trabalho e a correlação de forças, que interfere diretamente no exercício profissional e na efetivação dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Todavia, é importante ressaltar que o Estado é a esfera que mais emprega assistentes sociais, sobretudo após o estabelecimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004. O assistente social integra as equipes técnicas do SUAS ao lado de outras categorias reconhecidas pela Resolução n. 17/2011 do Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome (MDS). Embora o SUAS tenha reconhecido outras categorias, o assistente social é o profissional mais antigo dessa política. Esse protagonismo não se confunde com a herança histórica do Serviço Social revelada por Iamamoto e Carvalho em 1980. Esse processo foi denominado por Raul de Carvalho de “personificação da

Assistência Social” e elucidado na obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, lançada em 1982, que expõe a inversão de papéis entre o assistente social e os Estados, e remete a posturas messiânicas e assistencialistas.

É um protagonismo que se apóia numa base comum acionada pelo acervo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operacional, que dá suporte à formação e ao mesmo tempo garante especificidade e amparo ao exercício profissional. Essas competências demarcam os limites e alcances do trabalho profissional, alicerçados num conjunto de habilidades que vão desde o reconhecimento das particularidades no terreno de atuação do Serviço Social até o domínio dos instrumentais técnicos utilizados para analisar e intervir em determinada realidade social.

Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços socioassistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões. (IAMAMOTO, 2014, p. 163).

Iamamoto (2013), baseada em Gramsci, considera o assistente social um intelectual munido de capacidade técnica para contribuir com a organização e a defesa dos direitos sociais. Um intelectual que tem como instrumento básico de trabalho a “linguagem”, artifício necessário para buscar a articulação das massas populares e a organização de suas lutas coletivas.

No âmbito das políticas públicas, o assistente social integra o processo de trabalho normatizado pelo Estado, o qual imprime novas racionalidades às formas de organização do Estado e das políticas públicas, alterando os processos de distribuição do fundo público e, conseqüentemente, os modos de organização e prestação dos serviços sociais (ALMEIDA; ALENCAR, 2011). Segundo o autor, o processo de trabalho nas instituições públicas estatais é organizado a partir da função política, ideológica e econômica do Estado, nos processos de distribuição do valor materializado na forma de serviços sociais como expressão dos direitos sociais.

As racionalidades envolvem um amplo leque de princípios, diretrizes, objetivos, instâncias gestoras e executoras, programas, projetos e atividades que dão o substrato material para a realização do trabalho do assistente social (ALMEIDA; ALENCAR, 2011). A importância de decifrar a dimensão institucional e as relações de poder para apreender as requisições do mercado de trabalho na atualidade é fator indispensável ao equacionamento dos processos de trabalho dos serviços socioassistenciais ofertados pelo Estado.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são espaços travados por lutas e resistências, que servem como

estratégias de enfrentamento da questão social adotadas pelo Estado, reduzidas à oferta de benefícios e serviços que suprem a necessidade de sobrevivência. Isso ocorre porque a proteção social brasileira está alocada no seio de dois projetos societários difusos, presentes na conjuntura contemporânea, em que a assistência social, parte constitutiva desse processo, encontra-se referenciada pela Política Nacional de Assistência Social (NASCIMENTO, 2014, p. 46).

Nos órgãos públicos, as ações profissionais experimentam processos contraditórios de retração e ampliação de direitos sociais, num terreno de disputas. Iamamoto (2014, p. 162) esclarece que o “enfrentamento da questão social requer o atendimento das necessidades coletivas dos trabalhadores, pelo chamamento da responsabilidade do Estado e da afirmação de políticas sociais de caráter universal”.

Nesses espaços ocupacionais “o assistente social é chamado a viabilizar direitos sociais, mas se vê tolhido de certas ações que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos, para operar as políticas sociais” (IAMAMOTO, 2014, p. 149).

Trabalhar na Política de Assistência Social ou militar na defesa do direito à Assistência Social requer conhecer sem disfarce suas possibilidades e limites, suas contradições e implicações para os direitos e a emancipação política (BOSCHETTI, 2016, p. 19). É um campo que requer profissionais capacitados para compreender que, ao atingir os padrões de eficiência e as racionalidades inerentes às políticas públicas e suas funções administrativas e rotineiras, não se pode descaracterizar as feições próprias do Serviço Social.

Conforme Barroco e Terra (2012, p. 97), ao se lançar em diversas áreas setoriais, é preciso buscar aprimoramento e atualização profissional, tendo em vista o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

Apesar das legislações do SUAS e dos órgãos públicos preverem treinamento e programas de capacitação voltados à educação permanente e continuada, não se pode esperar que esses investimentos sejam suficientes para aperfeiçoar os conhecimentos. Até porque essas capacitações estão voltadas somente às Cartilhas do Estado, e o aprimoramento profissional não se resume a isso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2). São Paulo: Cortez, 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, publicada no **Diário Oficial da União** - DOU de 08 de dezembro de 1993. Brasília, DF.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional De Assistência Social – PNAS/2004.** Brasília, DF, 2004.

COUTO, Berenice Rojas, YAZBEK, Maria Carmelita, SILVA e SILVA, Maria Ozanira da, RAICHELIS Raquel. **Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GARCIA, Renata Rocha. **Assistência social e os sujeitos do sexo masculino: uma análise do atendimento através do Centro de Referência da Assistência Social.** 2018, 146 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca – SP. 2018..

GRANEMANN, Sara. Processo de trabalho e Serviço Social. In: CFESS–ABEPSS–CEAD/UNB. **Reprodução social, trabalho e Serviço Social.** Módulo I. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CEAD, 1999, p.153-166.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** – 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41 ed. São Paulo: Cortez, CELATS, 2011.

LUZIA, Erika Leite Ramos de. **O trabalho do Assistente Social nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social da Região de Bauru/SP.** 2018, 143 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca – SP. 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 2013.

NASCIMENTO, Daiana Cristina. **A execução de medidas socioeducativas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - Uberaba-MG.** 2014. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Raffaella Pedroso. **O Projeto Profissional Crítico e a Intervenção dos Assistentes Sociais nos Hospitais Gerais do Município de Juiz De Fora – MG.** 2013. 264f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social.** (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 3). 7 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afrocidadanização 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Assessoria 3, 37, 72, 73, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Assistência Estudantil 97, 98, 99, 100, 102, 105, 106

Assistência Social 10, 15, 17, 20, 24, 25, 30, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 84, 99, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 156, 165, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 199

C

Capitalismo 2, 5, 9, 12, 13, 15, 17, 19, 22, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 38, 42, 46, 52, 54, 55, 56, 62, 64, 66, 90, 96, 108, 110, 114, 115, 118, 119, 120, 127, 131, 158, 161, 172, 189

Capoeira 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Cultura 18, 36, 58, 102, 119, 120, 124, 126, 127, 141, 157, 160, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

D

Descentralização 11, 17, 19, 25, 122, 149, 150, 151, 155, 156, 181

E

Educação 1, 3, 4, 6, 9, 21, 24, 30, 31, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 83, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 142, 154, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 176, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 193

Educação Ambiental 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 83

Educação Permanente 61, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 193

Escola 6, 75, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 99, 111, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 154, 170

Espaço 18, 22, 25, 30, 36, 38, 42, 43, 44, 49, 50, 63, 65, 67, 72, 75, 77, 78, 82, 84, 91, 105, 120, 121, 122, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 163, 166, 167, 171, 180, 189, 193, 195, 196, 197

Estado 1, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 85, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 110, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 132, 135, 140, 141, 142, 147, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 162, 165, 167, 170, 172, 174, 176, 178, 185, 191, 193, 196

Estágio 22, 23, 26, 27, 32, 50, 77, 78, 83, 84, 103, 113, 136, 177, 178, 179, 184, 185, 186, 187

Ético-Política 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 75, 85, 159, 178

F

Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 20, 22, 27, 30, 34, 44, 45, 49, 50, 51, 54, 58, 60, 62, 65, 66, 71, 72, 76, 82, 99, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 121, 122, 140, 148, 159, 160, 164, 168, 176, 178, 179, 180, 183, 189, 194, 197

I

Interdisciplinaridade 63, 65, 66, 68, 69, 75, 76, 111

Investigativa 35, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 135, 153

M

Marxista 40, 41, 42, 47, 48, 49, 51, 63, 65, 129, 130, 158, 192, 193, 194, 196

Mercado 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 32, 37, 55, 58, 59, 60, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 131, 136, 161, 178, 192, 194, 196

Militarização 28, 117, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 127

Mundo do Trabalho 10, 13, 17, 20, 23, 29, 51, 59, 61, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 110, 112, 115, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 144, 148

P

Políticas 2, 3, 5, 9, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 37, 39, 45, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 93, 94, 98, 105, 108, 109, 112, 114, 115, 117, 123, 124, 129, 140, 141, 150, 153, 154, 155, 159, 161, 162, 163, 167, 170, 172, 180, 181, 184, 185, 189, 190, 191, 192, 196, 199

Política Social 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 31, 40, 54, 58, 62, 65, 73, 74, 95, 127, 142, 148, 158, 163, 172, 199

População 15, 25, 26, 28, 35, 53, 55, 57, 58, 61, 66, 80, 81, 83, 85, 94, 124, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 161, 162, 165, 166, 170, 172, 173, 174, 175, 193

Profissional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199

Projeto 2, 6, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 46, 49, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 102, 103, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 129, 130, 131, 132, 135, 138, 146, 149, 150, 154, 156, 158, 160, 162, 163, 172, 173, 174, 176, 178, 179, 183, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198

Projeto Ético Político 6, 41, 46, 65, 163, 176, 183

Q

Questão Social 5, 9, 17, 20, 22, 28, 29, 31, 38, 41, 45, 46, 50, 52, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 64, 67, 68, 74, 88, 93, 94, 95, 98, 108, 112, 115, 118, 119, 125, 135, 137, 140, 157, 158, 163, 172, 175, 191, 192, 193, 194, 196, 197

R

Rua 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148

S

Segurança 14, 56, 103, 123, 124, 125, 139, 140, 141, 147, 152, 169, 174, 182

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Sistematização 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 79, 82, 97, 98, 156, 181, 185

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Socioambiental 63, 65, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 82, 83, 86

T

Técnico-Operativa 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 65, 69, 71, 75, 159, 163, 178

Teoria 34, 35, 37, 40, 42, 43, 49, 51, 65, 66, 76, 90, 113, 115, 129, 130, 148, 159, 178, 179, 184, 186, 192, 194, 196, 198

Teórico-Metodológica 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 75, 159, 178

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 123,

124, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 172, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197

V

Violência 56, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 140, 144, 145, 147, 153, 199

Processos de Subjetivação no Serviço Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020